



Distrito Federal

Curso na PM acaba em confusão após sargento gritar com menino autista

Segundo testemunhas, durante a formatura de um curso de formação, uma militar teria ameaçado o jovem a fim de retirá-lo da área de desfile

Francisco Dutra

30/05/2024 02:24, atualizado 30/05/2024 02:24

Compartilhar notícia



Google News [★ Seguir](#)

Breno Esaki/Metrópoles



Mesmo usando um cordão azul com o símbolo do quebra-cabeça, utilizado para identificação de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), um adolescente, de 15 anos, teria sido vítima de truculência e ameaças de uma sargento da Polí

Anúncios Google

[Enviar comentários](#)

[Anúncio? Por quê? ⓘ](#)



Brasil

Jovem autista se assusta com polícia e é baleado por PM no RJ

Segundo a Polícia Civil, o agente atirou no chão e o jovem teria sido ferido por um estilhaço. A família, por sua vez, desacredita da versão

Mariana Andrade

13/07/2024 09:44, atualizado 13/07/2024 11:57

Compartilhar notícia



Google News [★ Seguir](#)

Michael Melo/Metrópoles



Um jovem que, de acordo com a família, apresenta espectro **autista**, foi ferido na coxa por um tiro disparado por um policial civil. O caso ocorreu na última quarta-feira (10/7), em Magé, na **Baixada Fluminense**, no Rio de Janeiro.



LOJA VIRTUAL

TERRA MAIL

NBA

VALE SAÚDE

VIVAE

COLUMNISTAS

RAZÕES PARA ACREDITAR

REVISTA RAÇA

Caso Genivaldo: "A polícia não está preparada para lidar com neurodivergentes"

Ativistas PCD's comentam como o racismo e o capacitismo estão presentes nas abordagens policiais no Brasil

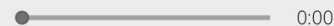
Por: Dindara

1 jun 2022 - 11h50 (atualizado às 12h38)

[Compartilhar](#)

[Exibir comentários](#)

Ouvir texto



0:00





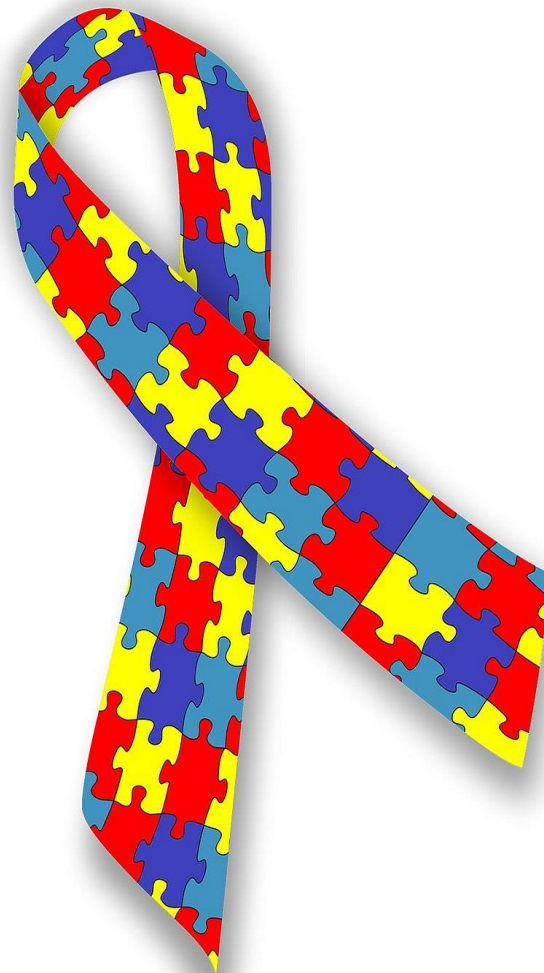
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E DE CONSCIENTIZAÇÃO

POLÍCIA JUDICIAL

AMIGA DOS AUTISTAS



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



Acessibilidade na atuação policial

Considerando a falta de compreensão inicial acerca do TEA poderia resultar em interações inadequadas, incompreensões e até mesmo situações de conflito, urgia a fixação de procedimentos específicos e uniformes de atuação funcional, voltados à consecução dos seguintes objetivos:

- a) aumento do conhecimento: incrementar o entendimento dos policiais judiciais a respeito das características do TEA;
- b) preparação policial: preparar os integrantes da Polícia Judicial para lidarem com as particularidades das abordagens a indivíduos com TEA, aprimorando suas habilidades de comunicação, observância situacional e gerenciamento de crises; e
- c) reconhecimento de estereótipos símbolos: sendo o autismo uma condição invisível, ou seja, não existem traços físicos que o caracterizam, é necessário capacitar os policiais judiciais para reconhecerem estereótipos mais comuns, além de símbolos específicos estabelecidos pelas normas e pela comunidade. Isso inclui o reconhecimento de adesivos veiculares, cordões identificadores, crachás, protetores de cinto de segurança, pulseiras identificadoras, identidades com o símbolo da deficiência, carteira de identificação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea) e registro geral com CID (Classificação Internacional de Doenças).



Lançamento do Protocolo Técnico



Ressonância na Legislação Pátria

Na Constituição Federal de 1988, Título I (Dos Princípios Fundamentais), quando define a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito, e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, como objetivo fundamental da República;

E do Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), quando estabelece como cláusula *petrea* o princípio da igualdade ;

Na Lei Brasileira de Inclusão (Lei n. 13.146/2015), Art. 79. O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva.;

E na Lei Berenice Piana (Lei n. 12.764/2012), que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.



Eixos do Protocolo Técnico

- ▶ Letramento (o que é autismo?)
- ▶ Conscientização (por que é necessário um atendimento específico para pessoas com TEA?)
- ▶ Identificação (como identificar um autista?)
- ▶ Atendimento (como atender o autista?)
- ▶ Acolhimento e gerenciamento de crises (o que fazer e o que não fazer em situações de crise)



Cartão de Interação Polícia Judicial/TEA

Considerando a bem-sucedida experiência do FBI e da PRF e, como forma de trazer constantemente à memória dos policiais judiciais a metodologia de interação com pessoas autistas, após as devidas adaptações, acolhemos o “Cartão de Interação”, como parte integrante e essencial deste protocolo técnico.



CARTÃO DE INTERAÇÃO POLÍCIA JUDICIAL/TEA



A APROXIMAR

Aproxime-se da pessoa de maneira silenciosa e não ameaçadora. Como as pessoas autistas podem ser hipersensíveis a estímulos, os policiais devem tentar evitar movimentos e gestos rápidos que uma pessoa autista possa perceber, mesmo remotamente, como ameaçadores.

U ÚNICO

Entenda que cada autista é único. Ao tocar na pessoa autista, pode causar uma reação protetora de “luta ou fuga”. Os policiais nunca devem tocar uma pessoa autista nos ombros ou perto do rosto. A hipersensibilidade autista inclui ser tocado e até se estende a invasões de seu espaço pessoal.

T TRANSMITIR

Transmita segurança na fala. Fale com a pessoa com voz moderada e calma. Embora os policiais possam ter de repetir suas instruções ou perguntas várias vezes, devem ser pacientes e esperar. Falar lentamente pode não ajudar e pode até ser visto como ameaçador.

I INSTRUÇÕES

As instruções devem ser simples e diretas, sem uso de gírias. Uma pessoa autista entende as declarações de um policial de forma literal “você acha isso legal?” ou “mão na cabeça! Encostado na parede!” provavelmente causará confusão e resultará em uma resposta inadequada ou inesperada. Os policiais devem usar comandos específicos, como “levante-se” ou “espere aqui” para reduzir a chance de confusão.

S SITUAÇÕES

Busque todos os indicadores para avaliar a situação à medida que ela se desenrolar.

M MANTENHA

Mantenha distância segura até que quaisquer comportamentos inadequados diminuam, mas permaneça em alerta para a possibilidade de explosões ou atos impulsivos.

O OBSERVE

Observe as respostas e sensibilidades de autoproteção da pessoa às luzes usuais, aos sons, aos toques e às ordens. Se possível, desligue sirene e luzes piscantes e remova multidões ou outra estimulação sensorial da cena. Oferte a comunicação alternativa se necessário.

Fases do Programa

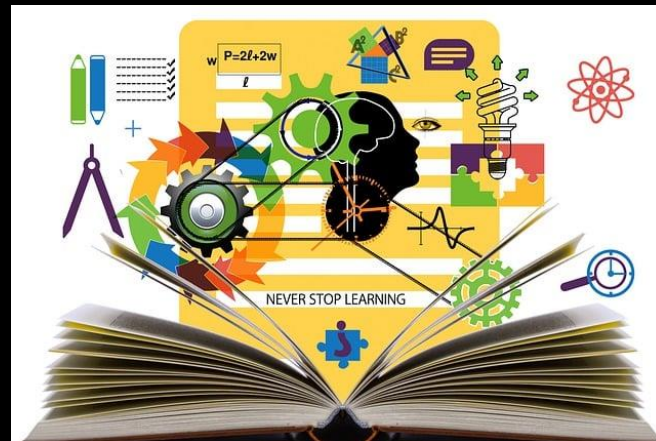
O lançamento do Protocolo Técnico no dia 16 de abril, marcou a conclusão da primeira etapa do projeto, e nos dias 24 e 25 de outubro recente foi concluída, na Academia Nacional de Polícia Judicial (ANPJ), a segunda etapa, com a finalização da 4ª Turma do Curso de Formação de Instrutores, num total de mais de 200 policiais de todos os tribunais do país formados nas quatro turmas.

Agora os novos instrutores tem a responsabilidade de retornar aos seus tribunais e multiplicar o conhecimento adquirido, tanto na formação e capacitação continuada de todos os atores da segurança pública institucional do Poder Judiciário, quanto na ampla conscientização sobre o tema.



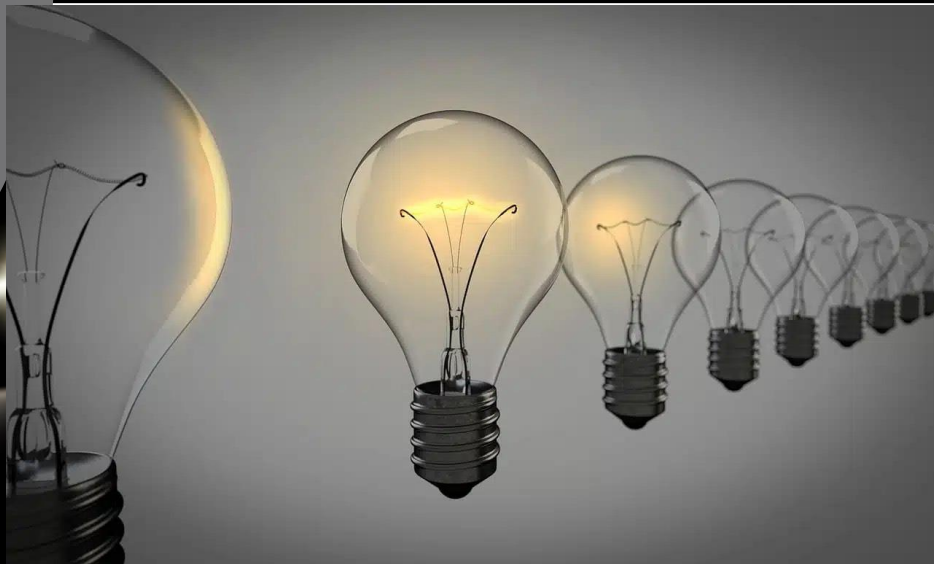
Inserção na Matriz Curricular

Além disso, o programa seguirá ativo e em permanente movimento, uma vez que foi incluído no currículo do Curso Nacional de Capacitação e Aperfeiçoamento da Polícia Judicial, ofertado anualmente pela ANPJ e será integrado na Matriz Curricular Nacional da Polícia Judicial por meio do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria da Presidência CNJ nº 368, de 16 de outubro de 2024.



Inspiração para outras instituições

Rapidamente o Programa Polícia Judicial Amiga dos Autistas se tornou uma inspiração na área de interação institucional com autistas, instituições das mais diversas áreas do serviço público procuraram o Departamento Nacional de Polícia Judicial solicitando informações e requerendo, inclusive, vagas para seus servidores nas turmas de instrutores. Atualmente o Protocolo Técnico de Interação Institucional instituído pelo CNJ para o Poder Judiciário se tornou um referencial para o surgimento de programas semelhantes em várias instituições, em uma verdadeira corrente do bem pela Sustentabilidade e Responsabilidade Social.



Conclusão

- O Programa de Capacitação e Conscientização POLÍCIA JUDICIAL AMIGA DOS AUTISTAS é uma reafirmação do compromisso do Departamento Nacional de Polícia Judicial em imprimir uma identidade de polícia cidadã para a Polícia Judicial. Fortalecendo a relação direta da atuação dos seus agentes com os objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com ampla acessibilidade e respeito à diversidade.
- Em linha com esses objetivos, servimo-nos do momento para anunciar dois outros projetos que se encontram em fase de desenvolvimento, mas que já foram classificados como prioridade pelo Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário:
- POLÍCIA JUDICIAL PARCEIRA DOS POVOS ORIGINÁRIOS, um protocolo de interação com os povos indígenas que será desenvolvido com o apoio do Ministério dos Povos Indígenas. De caráter transversal para o país, já se prevê, no entanto, núcleos de debates antropológicos para o adensamento adaptativo às culturas locais nas macro regiões de interesse do MPI.
- POLÍCIA JUDICIAL NO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO E À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, pelo qual será definido um fluxo de recepção de denúncias, acompanhamento de vítimas e monitoramento de casos, nos termos da Recomendação CNJ N. 102/2021.